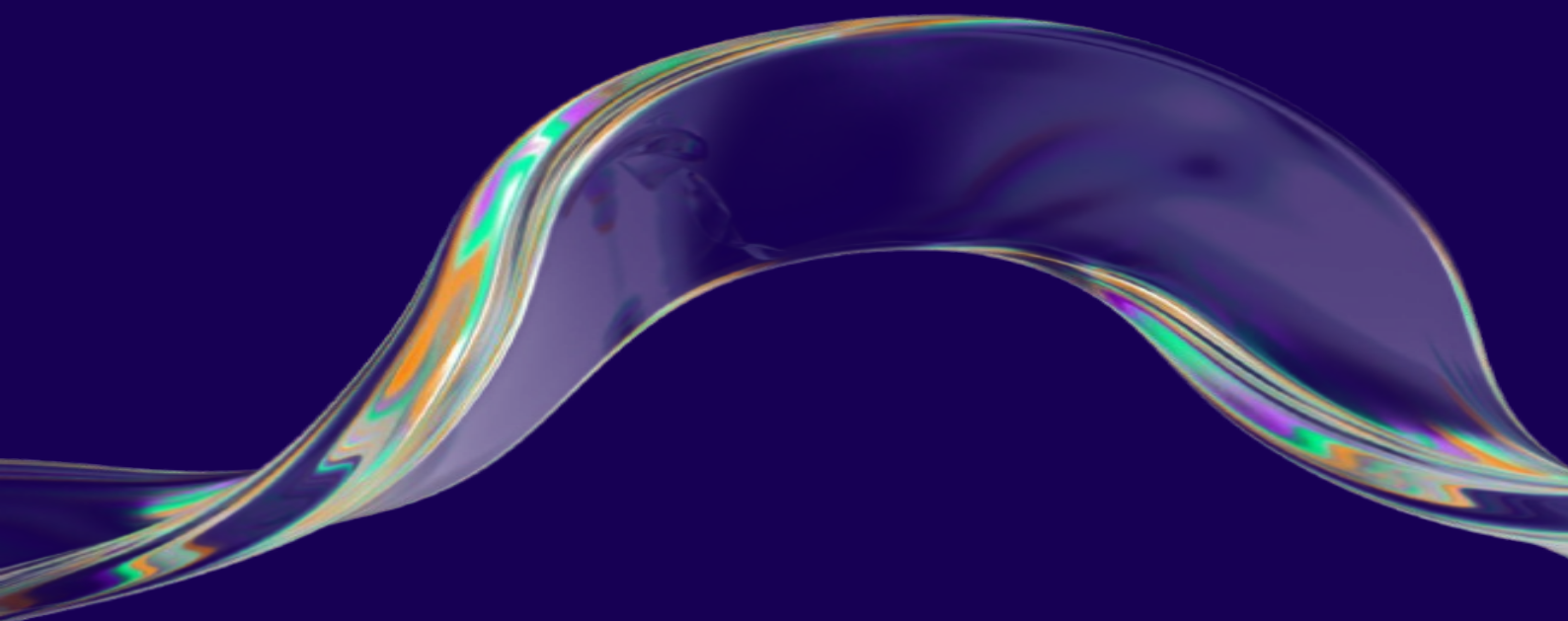


Ventos de Santo Estevão Holding S.A.



**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de
dezembro de 2024**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas Controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

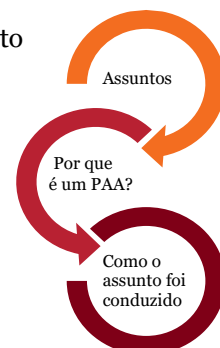
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento da receita e mensuração da provisão de ressarcimento decorrente do contrato de leilão de energia - LER e LEN.

Conforme descrito nas notas explicativas 5 e 13 a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica conforme Contrato de Leilão de Energia de reserva ("LER") e Contrato de Leilão de Energia Nova ("LEN"). As controladas comprometem-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato à CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), bem como ressarcir anualmente e quadrienalmente a CCEE caso a energia entregue seja menor à energia contratada.

Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, refere-se ao reconhecimento de receita no período de competência correto, bem como utilização de premissas críticas para estimar essas receitas, e consequentemente a provisão para ressarcimento decorrente dos contratos de leilão, na medida em que envolve: (a) determinar os volumes de energia entregue versus a energia contratada e

Nossos procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes do processo de reconhecimento da receita, bem como do processo de mensuração da provisão de ressarcimento decorrente dos contratos LER e LEN.

Também realizamos: (i) reconciliação da receita anual gerada pela Companhia, conforme indicado nos controles internos, com as informações da energia efetivamente gerada pelos parques eólicos da Companhia contidas nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; (ii) confronto dos preços de venda praticados pela Companhia com os preços disponibilizados nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; (iii) comparação das receitas entregues pela Companhia com os montantes de receita contratada; e (iv) revisão do cálculo da provisão de ressarcimento considerando as receitas geradas, os critérios adotados pela administração e as premissas previstos no contrato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda



Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos



Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2025

PRICEWATERHOUSECOOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balanco patrimonial	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1	Considerações gerais.....	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	10
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	11
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	12
5	Receita.....	12
6	Custos e despesas.....	14
7	Resultado financeiro líquido	14
8	Caixa, equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva	14
9	Contas a receber de clientes	15
10	Investimentos.....	16
11	Imobilizado	18
12	Financiamentos e debêntures.....	21
13	Provisão de ressarcimento	23
14	Provisão para litígios	25
15	Obrigações de desmobilização de ativos	25
16	Partes relacionadas	26
17	Patrimônio líquido.....	28
18	Instrumentos financeiros e gestão de risco	29
19	Seguros	34

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida	5	-	-	289.068	314.435
Custo com energia elétrica	6	-	-	(25.402)	(32.019)
Custo com operação	6	-	-	(141.141)	(144.608)
Lucro bruto		-	-	122.525	137.808
Despesas (receitas) operacionais					
Gerais e administrativas	6	(171)	(215)	(16.220)	(1.723)
Outras despesas operacionais, líquidas	6	-	(34)	(16)	(683)
		(171)	(249)	(16.236)	(2.406)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(171)	(249)	106.289	135.402
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	26.832	59.585	-	-
		26.832	59.585	-	-
Resultado financeiro líquido	7				
Receitas financeiras		4.415	3.216	66.688	70.625
Despesas financeiras		(25.301)	(22.673)	(136.967)	(133.317)
		(20.886)	(19.457)	(70.279)	(62.692)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		5.775	39.879	36.010	72.710
Imposto de renda e contribuição social	17				
Correntes		-	-	(30.235)	(32.831)
Lucro líquido do exercício		5.775	39.879	5.775	39.879

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora e Consolidado			
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	5.775	39.879	5.775	39.879
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	5.775	39.879	5.775	39.879

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		5.775	39.879	36.010	72.710
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Juros e atualização monetária de financiamentos e debêntures	12(c)	22.930	21.906	100.777	106.092
Depreciação e amortização	6	-	-	76.881	75.896
Provisão de ressarcimento, líquida de reversões	13(c)	-	-	49.775	24.889
Atualização monetária sobre ressarcimento	13(c)	-	-	10.322	11.674
Apropriação dos custos de captações	12(c)	458	457	6.327	6.326
Rendimento sobre fundo de liquidez - conta reserva		(634)	(2.251)	(7.379)	(9.901)
Ajuste a valor presente sobre obrigações de desmobilização de ativos	15	-	-	4.086	3.707
Baixa de imobilizado	11	-	18	43	12.611
Equivalência patrimonial	10	(26.832)	(59.585)	-	-
Realização de ajuste a valor presente dos arrendamentos		-	-	35	14
Reversão (provisão) para litígios		-	-	(32)	-
		1.697	424	276.845	304.018
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		-	-	(10.951)	7.637
Tributos a recuperar	205	-	(507)	1.860	(2.040)
Demais créditos e outros ativos		-	9	4.353	(2.970)
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		(2)	(1)	1.263	(9.016)
Tributos a recolher		5	(1)	(10.140)	(7.994)
Pagamento de ressarcimento	13(c)	-	-	(103.209)	(28.760)
Partes relacionadas		-	2	14.706	1.061
Demais obrigações e outros passivos		-	-	(176)	(2.072)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		1.905	(74)	174.551	259.864
Juros pagos sobre financiamentos e debêntures	12(c)	(13.267)	(13.066)	(84.568)	(88.629)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(21.171)	(54.853)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(11.362)	(13.140)	68.812	116.382
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate de (aplicação em) conta reserva		4.482	342	(9.763)	3.726
Aquisição de imobilizado		-	-	(1.621)	(4.833)
Redução de capital em controladas	1.1 (a)	98.893	16.299	-	-
Dividendos recebidos	1.1 (c)	11.277	3.538	-	-
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de investimento		114.652	20.179	(11.384)	(1.107)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Liquidação de financiamentos e debêntures	12(c)	(5.626)	(3.233)	(67.716)	(60.363)
Liquidação de arrendamentos		-	-	(384)	(101)
Redução de capital	1.1(b)	(80.000)	-	(80.000)	-
Dividendos pagos	1.1(d)	(764)	-	(764)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(86.390)	(3.233)	(148.864)	(60.464)
Acrécimo em caixa e equivalentes de caixa		16.900	3.806	(91.436)	54.811
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10.785	6.979	532.438	477.627
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		27.685	10.785	441.002	532.438

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	27.685	10.785	441.002	532.438
Fundo de liquidez - conta reserva	8	-	-	11.681	7.827
Contas a receber de clientes	9	-	-	37.237	26.286
Tributos a recuperar		771	976	981	2.841
Dividendos a receber	16	7.330	11.277	-	-
Outros ativos		-	-	2.492	6.845
		<u>35.786</u>	<u>23.038</u>	<u>493.393</u>	<u>576.237</u>
Não circulante					
Fundo de liquidez - conta reserva	8	15.886	19.734	95.741	82.453
Outros ativos		-	-	6	5
		<u>15.886</u>	<u>19.734</u>	<u>95.747</u>	<u>82.458</u>
Investimentos	10	624.106	703.497	-	-
Imobilizado	11	-	-	1.235.209	1.310.859
Intangível		-	-	24	132
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		-	-	262	618
		<u>639.992</u>	<u>703.497</u>	<u>1.331.242</u>	<u>1.311.609</u>
Total do ativo		<u>675.778</u>	<u>746.269</u>	<u>1.824.635</u>	<u>1.970.304</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Financiamentos e debêntures	12	19.838	11.097	83.767	70.338
Fornecedores		1	3	6.309	5.856
Arrendamentos		-	-	275	349
Tributos a recolher		18	13	3.942	5.018
Partes relacionadas	16	-	-	14.706	-
Provisão de ressarcimento	13(c)	-	-	205.052	301.594
Dividendos a pagar	16	1.371	764	1.371	764
Outros passivos		-	-	766	942
		<u>21.228</u>	<u>11.877</u>	<u>316.188</u>	<u>384.861</u>
Não circulante					
Financiamentos e debêntures	12	180.619	184.865	880.315	938.924
Arrendamentos		-	-	-	275
Tributos a recolher		-	-	4.127	4.127
Provisão de ressarcimento	13(c)	-	-	106.041	52.611
Provisões para litígios		-	-	41	73
Obrigações de desmobilização de ativos	15	-	-	43.992	39.906
		<u>180.619</u>	<u>184.865</u>	<u>1.034.516</u>	<u>1.035.916</u>
Total do passivo		<u>201.847</u>	<u>196.742</u>	<u>1.350.704</u>	<u>1.420.777</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	18	469.527	624.749	469.527	624.749
Reservas de lucros		4.404	-	4.404	-
Prejuízos acumulados		-	(75.222)	-	(75.222)
Total do patrimônio líquido		<u>473.931</u>	<u>549.527</u>	<u>473.931</u>	<u>549.527</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>675.778</u>	<u>746.269</u>	<u>1.824.635</u>	<u>1.970.304</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Demonstração das movimentações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
		Capital social	Reserva Legal	Retenção		
Em 1º de janeiro de 2023		624.749	-	-	(115.101)	509.648
Lucro líquido do exercício (absorvido)		-	-	-	39.879	39.879
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	39.879	39.879
Em 31 de dezembro de 2023		624.749	-	-	(75.222)	549.527
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.775	5.775
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	5.775	5.775
Redução de capital com absorção integral do saldo de prejuízos acumulados	1.1 (b)	(75.222)	-	-	75.222	-
Redução de capital	1.1 (b)	(80.000)	-	-	-	(80.000)
Destinação do resultado do exercício						
Constituição de reserva legal	18 (c)	-	289	-	(289)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	(1.371)	(1.371)
Retenção de lucro	18 (c)	-	-	4.115	(4.115)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas		(155.222)	289	4.115	69.447	(81.371)
Em 31 de dezembro de 2024		469.527	289	4.115	-	473.931

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Considerações gerais

A Ventos de Santo Estevão Holding S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 1º de dezembro de 2011. A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, bem como apoiar e monitorar o desempenho de suas controladas, por meio de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

A Companhia é controlada direta da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas nos Estados de Pernambuco e Piauí, as quais compõem o complexo eólico Ventos do Araripe III, com capacidade instalada total de 357,9 MW, por meio de suas investidas.

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação.

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

Eólica	Central Geradora Eolielétrica (EOL)	Portaria MME	Capacidade instalada MW	Energia assegurada por MWH/Ano	Início da concessão	Término da concessão
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto I	423/2014	18,4	78.840	18/08/2014	18/08/2049
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto II	424/2014	27,6	123.516	18/08/2014	18/08/2049
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto VI	460/2014	29,9	140.160	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto VII	427/2014	18,4	82.344	25/08/2014	25/08/2049
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto VIII	461/2014	18,4	78.840	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão I	451/2014	25,3	108.624	02/09/2014	02/09/2049
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão II	452/2014	25,3	104.244	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão III	453/2014	29,9	124.392	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão IV	181/2015	29,9	124.392	11/05/2015	11/05/2050
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão V	454/2014	27,6	119.136	02/09/2014	02/09/2049
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Onofre IV	180/2015	27,6	119.136	11/05/2015	11/05/2050
Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Virgílio 01	169/2015	29,9	133.152	08/05/2015	08/05/2050
Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Virgílio 02	390/2015	29,9	146.292	20/08/2015	20/08/2050
Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Virgílio 03	170/2015	19,8	80.592	08/05/2015	08/05/2050

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL – Ambiente de Contratação Livre;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- LEN – Leilão de Energia Nova;
- LER – Leilão de Energia de Reserva.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

(a) Movimentação de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas as movimentações de capital das controladas, conforme tabela a seguir:

Controladas				Capital social das controladas em
	2023	Redução (Nota 10 (b))	Redução com absorção de prejuízo	2024
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	31.085	(971)	-	30.114
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	47.120	(7.459)	-	39.661
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	54.044	(13.578)	-	40.466
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	34.454	(1.971)	-	32.483
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	77.151	(971)	-	76.180
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	48.044	(1.336)	-	46.708
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	50.262	(5.336)	(1.836)	43.090
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	51.248	(1.577)	-	49.671
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	64.560	(1.577)	-	62.983
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	52.217	(14.458)	-	37.759
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	55.351	(15.459)	-	39.892
Ventos de Santo Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	69.999	(12.577)	-	57.422
Ventos de Santo Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	53.166	(17.578)	-	35.588
Ventos de Santo Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	39.428	(4.045)	-	35.383
	728.129	(98.893)	(1.836)	627.400

(b) Redução de capital

Em 7 de março de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a redução de capital social da Companhia no montante de R\$ 155.222, passando o capital social de R\$ 624.749 (dividido em 624.749.000 ações ordinárias) para R\$ 469.527 (dividido em 544.749.193 ações ordinárias) sendo R\$75.222 através da absorção integral do saldo dos prejuízos acumulados e R\$80.000 via transferência de caixa.

(c) Recebimento de dividendos

Controladas	Provisionados em 2023	Recebidos (i)	Mínimos obrigatórios	Provisionados em 2024
Ventos de Santo Augusto I	-	-	-	-
Ventos de Santo Augusto II	1.015	(1.015)	742	742
Ventos de Santo Augusto VI	832	(832)	429	429
Ventos de Santo Augusto VII	944	(944)	138	138
Ventos de Santo Augusto VIII	-	-	-	-
Ventos de Santo Estevão II	-	-	351	351
Ventos de Santo Estevão IV	-	-	-	-
Ventos de Santo Estevão V	1.520	(1.520)	1.065	1.065
Ventos de Santo Onofre IV	1.971	(1.971)	1.171	1.171
Ventos de São Virgílio 01	1.786	(1.786)	891	891
Ventos de São Virgílio 02	2.085	(2.085)	1.844	1.844
Ventos de São Virgílio 03	1.124	(1.124)	699	699
	11.277	(11.277)	7.330	7.330

(i) Durante o exercício de 2024, a Companhia recebeu dividendos das suas controladas, que estavam provisionados em 31 de dezembro de 2023.

(d) Pagamento de dividendos

Em 22 de agosto de 2024, a Companhia pagou dividendos no valor de R\$ 764 a sua controladora Auren, referente a dividendos de períodos anteriores.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*Internacional Financial Reporting Standards* (“IFRS”)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee “IFRIC”, ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 12 de março de 2025.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$).

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2024	2023		
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará-Brasil	Geração de energia elétrica

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 2024

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

(b) Novas normas emitidas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas em 2024

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente.

A Companhia ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 18

Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) anunciou a nova norma, IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 19

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes. A Companhia está avaliando a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais em suas controladas.

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

A Companhia iniciará em 2025 as adequações necessárias para ajustar os processos às novas exigências e prazos requeridos; portanto, nenhum efeito relativo aos impactos da reforma tributária foi considerado para fins dessas demonstrações financeiras anuais.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
11	Imobilizado
13 (c)	Provisão de ressarcimento
14	Provisões para litígios
15	Obrigações com desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

As controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

Leilões de Energia: representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em leilões de energia reserva ("LER").

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD").

		Consolidado	
	Nota	2024	2023
Receita bruta			
Venda de energia			
Contratos regulados - Leilão LEN		232.266	215.479
Contratos regulados - Leilão LER		105.675	117.161
Provisão de ressarcimento	13(c)	(49.775)	(24.889)
Partes relacionadas	16	4.823	2.867
Energia de curto prazo - CCEE		3.950	12.147
		<u>296.939</u>	<u>322.765</u>
Outras receitas			
Venda crédito de carbono - partes relacionadas	16	4.507	5.057
		<u>301.446</u>	<u>327.822</u>
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(10.721)	(11.854)
ICMS sobre receitas operacionais		(181)	(80)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(1.476)	(1.453)
		<u>(12.378)</u>	<u>(13.387)</u>
Receita líquida		<u>289.068</u>	<u>314.435</u>

6 Custos e despesas

	Consolidado					
	2024		2023			
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(6.894)	-	-	-	(6.894)	(14.417)
Encargos de uso da rede elétrica	(18.508)	-	-	-	(18.508)	(17.602)
Depreciação e amortização	-	(76.881)	-	-	(76.881)	(75.896)
Pessoal	-	(1.079)	(14.150)	-	(15.229)	(312)
Pessoal	-	(1.079)	(14.150)	-	(15.229)	(312)
Materiais	-	(789)	(12)	-	(801)	(737)
Materiais	-	(789)	(12)	-	(801)	(737)
Serviços	-	(52.111)	(1.856)	-	(53.967)	(55.273)
Serviços de operação e manutenção O&M	-	(44.507)	-	-	(44.507)	(45.420)
Manutenção e conservação	-	(3.035)	-	-	(3.035)	(3.621)
Serviços de terceiros	-	(4.569)	(1.856)	-	(6.425)	(6.232)
Outros	-	(10.281)	(202)	(16)	(10.499)	(14.796)
Aluguéis e arrendamentos	-	(4.530)	(39)	-	(4.569)	(5.068)
Seguros	-	(4.449)	(6)	-	(4.455)	(5.534)
Impostos, taxas e contribuições	-	(444)	(5)	-	(449)	(731)
Baixa de imobilizado	-	-	-	-	-	(1.763)
Outros custos e despesas líquidas	-	(858)	(152)	(16)	(1.026)	(1.700)
	(25.402)	(141.141)	(16.220)	(16)	(182.779)	(179.033)

(i) As variações referem-se, principalmente, a rateios de despesas de mão de obra.

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa e conta reserva		3.775	3.312	52.927	69.130
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento		-	-	12.976	1.584
Juros sobre ativos financeiros		65	38	210	45
Outras receitas financeiras		754	22	754	22
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(179)	(156)	(179)	(156)
		4.415	3.216	66.688	70.625
Despesas financeiras					
Juros sobre financiamentos e debêntures	12(c)	(13.601)	(13.133)	(84.478)	(88.480)
Atualização monetária sobre financiamentos e debêntures	12(c)	(9.329)	(8.773)	(16.299)	(17.612)
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento		-	-	(23.298)	(13.258)
Atualização monetária sobre provisão para litígios		-	-	(5)	(21)
Apropriação dos custos de captações	12(c)	(458)	(457)	(6.327)	(6.326)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	15	-	-	(4.086)	(3.707)
Outras despesas financeiras		(1.913)	(310)	(2.474)	(3.913)
		(25.301)	(22.673)	(136.967)	(133.317)
		(20.886)	(19.457)	(70.279)	(62.692)

8 Caixa, equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2024, os equivalentes de caixa e fundo de liquidez – conta reserva possuem taxa de remuneração entre 91,84% e 101% do CDI (97,73% e 102,50% em 31 de dezembro de 2023).

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa				
Caixa e bancos	122	125	24.273	24.432
	122	125	24.273	24.432
Equivalentes de caixa				
Quotas de fundos de investimentos (i)	11.047	2.578	395.536	482.462
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	16.516	8.082	21.193	25.544
	27.563	10.660	416.729	508.006
Caixa e equivalentes de caixa	27.685	10.785	441.002	532.438
Fundo de liquidez - Conta reserva (ii)				
Circulante	-	-	11.681	7.827
Não circulante	15.886	19.734	95.741	82.453
	15.886	19.734	107.422	90.280
	43.571	30.519	548.424	622.718

- (i) As quotas de fundo de investimento referem-se, exclusivamente, ao Fundo Aquilae. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.
- (ii) Os contratos de financiamento das controladas da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	Controladora		Consolidado	
	Rating local		Rating local	
	2024	2023	2024	2023
AAA	43.570	30.518	548.361	622.654
AA+	1	-	63	-
AA	-	1	-	64
	43.571	30.519	548.424	622.718

Os ratings foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente,

mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	Consolidado	
	2024	2023
Contratos Regulados - Leilão LEN	27.336	19.062
Contratos Regulados - Leilão LER	9.512	3.906
Partes relacionadas (Nota 16)	210	-
Energia de curto prazo - CCEE	179	3.318
	37.237	26.286

(b) Vencimentos de contas a receber

	Consolidado	
	2024	2023
A vencer	37.027	22.574
Vencidos até 3 meses	210	3.619
Vencidos acima de 6 meses	-	93
	37.237	26.286

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

10 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

	Controladora							
	Informações em 31 de dezembro de 2024				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)			2024	2023
					2024	2023		
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	29.514	823	100,00	100,00	823	2.091	29.514	29.662
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	45.300	3.123	100,00	100,00	3.123	6.007	45.300	50.377
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	44.515	1.808	100,00	100,00	1.808	5.678	44.515	56.714
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	36.252	583	100,00	100,00	583	3.977	36.252	37.778
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	40.600	(4.517)	100,00	100,00	(4.517)	(2.017)	40.600	46.088
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	36.505	(61)	100,00	100,00	(61)	281	36.505	37.902
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	44.216	1.476	100,00	100,00	1.476	3.293	44.216	48.426
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	36.304	307	100,00	100,00	307	1.967	36.304	37.574
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	48.339	(586)	100,00	100,00	(586)	2.575	48.339	50.502
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	48.209	4.483	100,00	100,00	4.483	6.399	48.209	59.250
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	52.254	4.934	100,00	100,00	4.934	8.300	52.254	63.951
Ventos de Santo Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	67.929	3.754	100,00	100,00	3.754	7.521	67.929	77.644
Ventos de Santo Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	51.935	7.764	100,00	100,00	7.764	8.779	51.935	63.593
Ventos de Santo Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	42.234	2.941	100,00	100,00	2.941	4.734	42.234	44.036
					26.832	59.585	624.106	703.497

(b) **Movimentação**

	Controladora	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	703.497	671.488
Equivalência patrimonial	26.832	59.585
Dividendos mínimos obrigatórios	(7.330)	(11.277)
Redução de capital (Nota 1.1 (b))	(98.893)	(16.299)
Saldo no final do exercício	624.106	703.497

11 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 15 – Obrigações com desmobilização de ativos).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

	Consolidado										
	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Custo de servidão	Desmobilização de ativos	Veículos	Terrenos	Obras em andamento	2024	2023
Saldo no início do exercício											
Custo	1.645.146	133.996	5.062	161	6.762	17.018	551	168	13.483	1.822.347	1.825.165
Depreciação acumulada	(476.626)	(26.204)	(1.033)	(60)	(1.741)	(5.561)	(263)	-	-	(511.488)	(435.823)
Saldo líquido no início do exercício	<u>1.168.520</u>	<u>107.792</u>	<u>4.029</u>	<u>101</u>	<u>5.021</u>	<u>11.457</u>	<u>288</u>	<u>168</u>	<u>13.483</u>	<u>1.310.859</u>	<u>1.389.342</u>
Adições	-	18	-	-	-	-	-	-	793	811	9.903
Substituição de itens em garantia	(42)	-	-	-	-	-	-	-	-	(42)	(110)
Remensurações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(12.611)
Depreciação	(70.686)	(4.714)	(201)	(23)	(193)	(417)	(184)	-	-	(76.418)	(75.665)
Transferências	-	8.643	940	657	-	-	909	1.000	(12.149)	-	-
Saldo no final do exercício	<u>1.097.792</u>	<u>111.738</u>	<u>4.768</u>	<u>735</u>	<u>4.828</u>	<u>11.040</u>	<u>1.013</u>	<u>1.168</u>	<u>2.127</u>	<u>1.235.209</u>	<u>1.310.859</u>
Custo	1.645.104	142.656	6.002	818	6.762	17.018	1.460	1.168	2.127	1.823.115	1.822.457
Depreciação acumulada	(547.312)	(30.918)	(1.234)	(83)	(1.934)	(5.978)	(447)	-	-	(587.906)	(511.598)
Saldo líquido no final do exercício	<u>1.097.792</u>	<u>111.738</u>	<u>4.768</u>	<u>735</u>	<u>4.828</u>	<u>11.040</u>	<u>1.013</u>	<u>1.168</u>	<u>2.127</u>	<u>1.235.209</u>	<u>1.310.859</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	5	3	6	3	3	15				

12 Financiamentos e debêntures

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos e debêntures estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

Controladora										
2024										
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
Debêntures	IPCA+6,99%	13.946	(457)	6.349	19.838	183.629	(3.010)	180.619	200.457	193.239

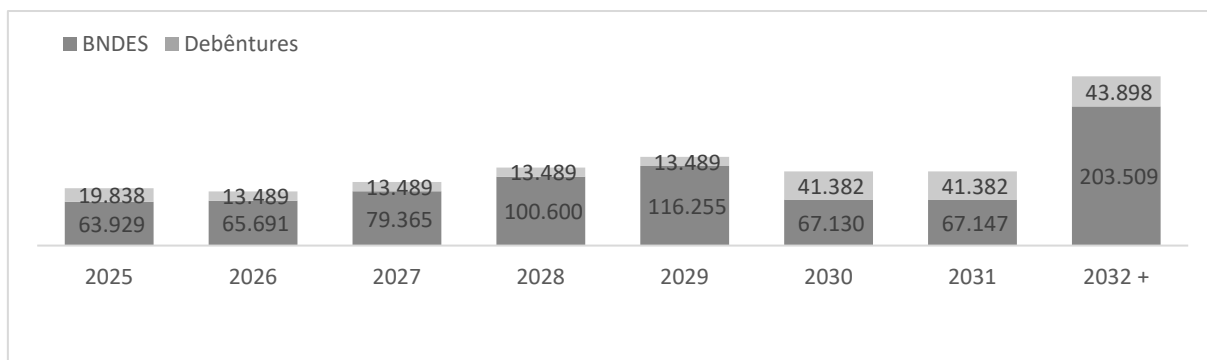
Controladora										
2023										
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo
Debêntures	IPCA+6,99%	5.539	(457)	6.015	11.097	188.333	(3.468)	184.865	195.962	202.536

Consolidado										
2024										
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo
BNDES	TJLP+2,75%	66.997	(5.870)	2.802	63.929	732.923	(33.227)	699.696	763.625	610.728
Debêntures	IPCA+6,99%	13.946	(457)	6.349	19.838	183.629	(3.010)	180.619	200.457	193.239
		80.943	(6.327)	9.151	83.767	916.552	(36.237)	880.315	964.082	803.967

Consolidado										
2023										
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valos Justo
BNDES	TJLP+2,79%	61.909	(5.870)	3.202	59.241	793.156	(39.097)	754.059	813.300	773.682
Debêntures	IPCA+6,99%	5.539	(457)	6.015	11.097	188.333	(3.468)	184.865	195.962	202.536
		67.448	(6.327)	9.217	70.338	981.489	(42.565)	938.924	1.009.262	976.218

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional
 IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(b) Perfil de vencimento - consolidado



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	195.962	189.898	1.009.262	1.045.836
Provisão de juros	13.601	13.133	84.478	88.480
Atualização monetária	9.329	8.773	16.299	17.612
Apropriações dos custos de captações	458	457	6.327	6.326
Juros pagos	(13.267)	(13.066)	(84.568)	(88.629)
Liquidações	(5.626)	(3.233)	(67.716)	(60.363)
Saldo no final do exercício	200.457	195.962	964.082	1.009.262

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDES	Garantia prestada pela Votorantim S.A, Auren Energia S.A e pela Ventos de Santo Estevão Holding S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Repasse	Garantia prestada pela Auren Energia S.A. e pela Ventos de Santo Estevão Holding S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Debêntures	Garantia prestada pela Auren Energia S.A.; Garantia prestada pelas controladas da Companhia; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas

Os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras incluem o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No período findo em 31 de dezembro de 2024, as condições contratuais foram cumpridas.

Vide a seguir, quadro com a composição do ICSD em 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado
	2024
Lucro líquido do exercício	5.775
Imposto de renda e contribuição social	30.235
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	36.010
(+) Resultado financeiro, líquido	70.279
Outras adições (exclusões) e itens excepcionais	-
(+) Depreciação e amortização	76.881
EBITDA Ajustado	183.170
(-) Investimentos realizados	(1.621)
(-) Imposto de renda e contribuição social	(9.062)
Geração de caixa da atividade [a]	172.487
Serviço de dívida [b]	(152.284)
(-) Pagamento de juros	(84.568)
(-) Pagamento de principal	(67.716)
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD [a]/[b]	1,13

13 Provisão de ressarcimento

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica "Receita bruta de venda de energia". A Administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER): Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente no momento da apuração sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do segundo mês do próximo ciclo anual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

Contratos de Leilão de Energia Nova (LEN): Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros, dependendo do leilão, ocorrem ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, ambos a partir do segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, as controladas da Companhia receberão o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER): Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, b) E uma penalidade, equivalente a aplicação de 6% do preço contratual vigente aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD – preço de liquidação das diferenças sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais a partir de novembro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

Contratos de Leilão de Energia Nova (LEN): Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, em ambos os casos a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

(c) Composição e movimentação

	Consolidado			
			2024	2023
	Ressarcimento anual	Ressarcimento quadrienal (i)	Total	Total
Saldo no início do exercício	230.099	124.106	354.205	346.402
Provisão (Reversão) (i)	18.594	31.181	49.775	24.889
Pagamentos (i)	(92.296)	(10.913)	(103.209)	(28.760)
Atualização monetária (Nota7)	6.857	3.465	10.322	11.674
Saldo no final do exercício	163.254	147.839	311.093	354.205
Circulante	148.731	56.321	205.052	301.594
Não Circulante	14.523	91.518	106.041	52.611
	163.254	147.839	311.093	354.205

(i) A ANEEL, publicou em 23 de março de 2021 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, apresentando o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que ocorreram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, período denominado “provisório” do *constrained-off*.

Os pagamentos dos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 devido à falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos do período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo”. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos para os eventos ocorridos a partir de outubro de 2021.

14 Provisão para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia possuem processos de natureza tributária e cível com prognóstico de perda possível, nos montantes atualizados de R\$ 1.246 (R\$ 1.467 em 31 de dezembro de 2023), R\$ 339 (R\$ 33 em 31 de dezembro de 2023), respectivamente.

15 Obrigações com desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

(a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado	
			2024	2023
Saldo no início do exercício	582.595	(542.689)	39.906	36.199
Realização do ajuste a valor presente (Nota 7)	-	4.086	4.086	3.707
Saldo no final do exercício	582.595	(538.603)	43.992	39.906

16 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas controladas. No curso normal das operações, a Companhia e suas controladas realizam contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados, principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

(a) Controladora

	Ativo (Nota 1.1 (b))		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Dividendos a receber				
Ventos de Santo Estevão I Energia Renováveis S.A.	-	-	-	-
Ventos de Santo Augusto I Energia Renováveis S.A.	-	-	-	-
Ventos de Santo Augusto II Energia Renováveis S.A.	742	1.014	-	-
Ventos de Santo Augusto VI Energia Renováveis S.A.	429	832	-	-
Ventos de Santo Augusto VII Energia Renováveis S.A.	138	945	-	-
Ventos de Santo Estevão II Energia Renováveis S.A.	351	-	-	-
Ventos de Santo Estevão III Energia Renováveis S.A.	-	-	-	-
Ventos de Santo Estevão IV Energia Renováveis S.A.	-	-	-	-
Ventos de Santo Estevão V Energia Renováveis S.A.	1.065	1.520	-	-
Ventos de Santo Augusto VIII Energia Renováveis S.A.	-	-	-	-
Ventos de Santo Onofre IV Energia Renováveis S.A.	1.171	1.971	-	-
Ventos de Santo Virgílio 01 Energia Renováveis S.A.	891	1.786	-	-
Ventos de Santo Virgílio 02 Energia Renováveis S.A.	1.844	2.085	-	-
Ventos de Santo Virgílio 03 Energia Renováveis S.A.	699	1.124	-	-
	7.330	11.277	-	-
Fornecedores - serviços				
Votorantim S.A.	-	-	-	2
Dividendos a pagar				
Auren Energia S.A.	-	-	1.371	764
	14.660	11.277	1.371	766

(b) Consolidado

	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Vendas(Nota5)		Compras e serviços	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes - Vendas								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	210	-	-	-	9.330	7.924	-	-
	<u>210</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.330</u>	<u>7.924</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Fornecedores - Compras e serviços								
Votorantim S.A.	-	-	165	269	-	-	(2.009)	(1.618)
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	159	-	-	-	(2.261)	(1.273)
CESP Companhia Energética de São Paulo S.A.	-	-	-	1.046	-	-	-	(14.097)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>324</u>	<u>1.315</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.270)</u>	<u>(16.988)</u>
Repasso de custos partes relacionadas (i)								
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	2.419	-	-	-	(2.419)	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	1.775	-	-	-	(1.775)	-
Auren Energia S.A.	-	-	10.512	-	-	-	(10.512)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.706</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(14.706)</u>	<u>-</u>
Dividendos a pagar								
Auren Energia S.A.	-	-	1.371	764	-	-	-	-
	<u>210</u>	<u>-</u>	<u>16.401</u>	<u>2.079</u>	<u>9.330</u>	<u>7.924</u>	<u>(18.976)</u>	<u>(16.988)</u>

(i) Refere-se, principalmente a rateios de despesas compartilhadas de mão de obra e de serviços de tecnologia.

17 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a *holding* apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício do consolidado apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Controladora	
	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.775	39.879
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(1.964)	(13.560)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	9.123	20.260
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(7.133)	(6.697)
Outras adições permanentes, líquidas	(26)	(3)
IRPJ e CSLL apurados	<u>-</u>	<u>-</u>
Correntes	-	-

IRPJ e CSLL no resultado	-	-
--------------------------	---	---

	Consolidado					
	2024					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)		Outras Receitas Operacionais	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Bruta Tributável	289.233	289.233	62.273	62.273	4.507	4.507
Total Receita Tributável	289.233	289.233	62.273	62.273	4.507	4.507
% de Presunção da Base	8%	12%			32%	32%
Base de cálculo Presumida	23.139	34.708	62.273	62.273	1.442	1.442
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	5.448	3.123	15.568	5.605	361	130

	Consolidado					
	2023					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)		Outras Receitas Operacionais	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Bruta Tributável	321.738	321.738	67.864	67.864	1.290	1.290
% de Presunção da Base	8%	12%			32%	32%
Base de cálculo Presumida	25.739	38.609	67.864	67.864	413	413
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%			
IRPJ e CSLL no resultado	6.183	3.475	16.966	6.108	62	37

A diferença entre receitas financeiras com a nota 7 refere-se à provisão de atualização monetária sobre ressarcimento.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 469.527 (R\$624.749 em 31 de dezembro de 2023), composto por 544.749.193 (624.749.000 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias e sem valor nominal.

Conforme mencionado na Nota 1, o único acionista da Companhia é a Auren Energia S.A.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

	2024
Lucro líquido do exercício	5.775
Reserva legal - 5%	(289)
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	5.486
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	(1.371)
(=) Saldo de lucros acumulados	4.115
(-) Retenção de lucros	(4.115)
	-

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 1.371, reconhecido em dividendos a pagar.

19 Instrumentos financeiros e gestão de risco

19.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 10)	1	-	-	37.237	26.286
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (Nota 9)	1	27.563	10.660	416.729	508.006
Fundo de liquidez - conta reserva (Nota 9)	1	15.886	19.734	107.422	90.280
		<u>43.449</u>	<u>30.394</u>	<u>524.151</u>	<u>598.286</u>
		<u>43.449</u>	<u>30.394</u>	<u>561.388</u>	<u>624.572</u>
Passivos					
Ao custo amortizado					
Financiamentos e debêntures (Nota 13)	2	200.457	195.962	964.082	1.009.262
Fornecedores	1	1	3	6.309	4.541
Partes relacionadas (Nota 17)	1	-	-	14.706	1.315
		<u>200.458</u>	<u>195.965</u>	<u>985.097</u>	<u>1.015.118</u>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 11 (a)

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

19.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração da

Auren. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

					Controladora
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Empréstimos e financiamentos (i)	26.833	25.939	69.902	139.611	262.285
Fornecedores	1	-	-	-	1
	<u>26.834</u>	<u>25.939</u>	<u>69.902</u>	<u>139.611</u>	<u>262.286</u>
Em 31 de dezembro de 2023					
Empréstimos e financiamentos (i)	18.096	49.476	45.039	152.663	265.274
Fornecedores	3	-	-	-	3
Partes relacionadas	2	-	-	-	2
	<u>18.101</u>	<u>49.476</u>	<u>45.039</u>	<u>152.663</u>	<u>265.279</u>
					Consolidado
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos e debêntures (i)	153.377	151.154	497.755	548.977	1.351.263
Fornecedores	6.309	-	-	-	6.309
Arrendamentos (i)	275	-	-	-	275
Partes relacionadas	14.706	-	-	-	14.706
	<u>174.667</u>	<u>151.154</u>	<u>497.755</u>	<u>548.977</u>	<u>1.372.553</u>
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos e debêntures (i)	145.166	150.599	468.054	707.899	1.471.718
Fornecedores	5.856	-	-	-	5.856
Arrendamentos	349	275	-	-	624
	<u>151.371</u>	<u>150.874</u>	<u>468.054</u>	<u>707.899</u>	<u>1.478.198</u>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades das controladas da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

As controladas da Companhia estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A administração da Companhia e de suas controladas realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

As controladas da Companhia consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de não performance dos parques eólicos

As controladas da Companhia possuem em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que tais subsidiárias possuem negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras das controladas da Companhia.

(a) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de contratos operacionais, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

19.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva, financiamentos e debêntures são taxas de juros CDI, TJLP e IPCA. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2024 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2024, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2025;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024.

					Controladora				
					Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2024	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 12,15%	Equivalentes de caixa e conta reserva	43.449	BRLmil	151bps	654	(1.320)	(2.640)	1.320	2.640
IPCA 4,83%	Financiamentos e debêntures(i)	203.924	BRLmil	17bps	(347)	2.462	4.925	(2.462)	(4.925)
					Consolidado				
					Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2024	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 12,15%	Equivalentes de caixa e conta reserva	524.151	BRLmil	151bps	7.889	(15.921)	(31.842)	15.921	31.842
IPCA 4,83%	Financiamentos e debêntures(i)	203.924	BRLmil	17bps	(347)	2.462	4.925	(2.462)	(4.925)
TJLP 7,97%	Financiamentos e debêntures(i)	802.722	BRLmil	54bps	(4.335)	15.994	31.988	(15.994)	(31.988)

(i) Valores desconsideram os custos de captação.

20 Seguros

A controladora Auren mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos. A apólice de riscos patrimoniais possui coberturas, condições e limites compartilhados entre algumas controladas do grupo, como é o caso.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	30/09/2025

O prêmio total pago pela Companhia e suas controladas para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 4.051 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.465 em 31 de dezembro de 2023).